
A ARTE COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO POPULAR NA REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL-RJ (1927-1930)

José Roberto Pereira Peres*

lattes.cnpq.br/7684845424297910

Resumo: O objetivo central é analisar o papel do ensino artístico na Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal, implementada por Fernando de Azevedo entre 1927 e 1930. A questão que norteou a pesquisa é: quais eram os valores e os saberes que essa área do conhecimento deveria influenciar na educação? A metodologia utilizada consiste em pesquisa bibliográfica e análise de fontes documentais. Os referenciais teóricos que embasam essa pesquisa constituem-se de autores do campo dos estudos da História da Educação e História do Ensino de Artes no Brasil. O estudo permitiu apontar conclusivamente que as atividades artísticas desenvolvidas na escola, seus ambientes, instalações e arquitetura deveriam se constituir como ferramentas pedagógicas com a finalidade de contribuir para a educação estética do povo.

Palavras chave: História do Ensino de Artes; História da Educação; Reforma Fernando de Azevedo.

ART AS A TOOL FOR POPULAR EDUCATION IN THE REFORM OF THE PUBLIC INSTRUCTION OF THE FEDERAL DISTRICT-RJ (1927-1930)

ABSTRACT: The main objective is to analyze the role of arts education in Reform of Public Education of the Federal District, implemented by Fernando de Azevedo between 1927 and 1930. The question that guided the research is: what were the values and the knowledge that this area of Knowledge should influence on education? The methodology consists of literature and analysis of documentary sources. The theoretical framework underpinning this research are made up of authors in the field of studies of the History of Education and History of Art Education in Brazil. The study indicates conclusively that the artistic activities at school, their environment, facilities and architecture should be constituted as teaching tools in order to contribute to the aesthetic education of the people.

* Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio (Brasil). Contato: jose.roberto.peres@gmail.com.

Keywords: History of Arts Education; History of Education; Reform Fernando de Azevedo.

* * *

As reformas na educação realizadas nos anos 1920 e 1930, no Brasil, foram influenciadas por um movimento de renovação educacional que pretendia reestruturar saberes e práticas pedagógicas e escolares dos estabelecimentos públicos oficiais de ensino. A pedagogia moderna seria construída à luz das ideias da instrução para o trabalho produtivo e eficiente. O movimento de renovação educacional recebeu diversas nomenclaturas na historiografia educacional brasileira: Escola Ativa, Escola Funcional, Escola Progressiva e é mais conhecido como Escola Nova, termo utilizado em oposição à pedagogia considerada tradicional.¹

Os intelectuais reformadores, imbuídos desses ideais renovadores, estavam comprometidos com a reestruturação dos mecanismos de controle das camadas populares no espaço urbano. Pretendia-se a renovação dos processos educacionais, amparada “no progresso das ciências biológicas e psicológicas, nas atribuições sociais da escola, no industrialismo, na atividade infantil e no trabalho em solidariedade.”. Esse movimento ficou marcado pela oposição ao que era considerado tradicional, embora não tenha havido um rompimento total com as práticas escolares negadas (VIDAL e PAULILO, 2003, p. 375).

De todas as reformas estaduais de ensino implementadas nesse período, a mais destacada, nos estudos em História da Educação, foi a de

¹ Segundo Diana Vidal e André Paulilo a nomenclatura Escola Nova só foi atribuída às reformas de instrução pública retroativamente para conferir unidade e velar as diferenças, criando no imaginário de uma geração de educadores no Brasil a ideia de um movimento homogêneo. Os autores utilizam o conceito de *tradição inventada* (Hobsbawn, 1997) para explicar esse acontecimento. Os autores ainda inferem que o Movimento Escola Nova no Brasil assumiu características próprias, diferentes de outros países que também adotaram os preceitos da nova pedagogia (Argentina, Espanha ou França, apenas para citar alguns exemplos).

Fernando de Azevedo, no Distrito Federal. Esse destaque, provavelmente, decorre da atuação de Fernando de Azevedo em registrar e divulgar os feitos de sua reforma, buscando forjar uma memória de pioneirismo educacional. Amplamente estudada por historiadores da educação, que abordaram diversos aspectos da referida Reforma, podemos destacar: Carvalho (1988, 1989 e 1993), Paulilo (2001), Rodrigues (2002), Abdala (2003), Silva (2004), Camara (2013) e Barbosa (2013).

Muitas pesquisas contribuíram para plasmar a ideia de que essa reforma foi a grande promotora das “novidades educacionais”. Algumas medidas investidas, consideradas inovadoras, já haviam sido experimentadas e/ou efetivamente aplicadas pela administração anterior. Na verdade, o mérito de Azevedo consiste em sistematizar e promover uma legislação de ensino carioca, além disso, ele foi um grande propagandista, soube divulgar os feitos de sua administração por meio de diversos veículos de comunicação da época, especialmente os jornais (SILVA, 2004, p. 117).

Para a aprovação de sua Reforma, Fernando de Azevedo enfrentou diversos entraves no Conselho Municipal. Os conselheiros da época, acostumados com as barganhas e apadrinhamentos políticos, exigiam a possibilidade de fazer indicações para os novos cargos criados para a instrução pública de ensino e rejeitavam a proposta de seleção por concurso. Dessa forma, só aprovariam o projeto de Reforma se essas exigências fossem cumpridas.

Segundo Lemme (1988), as indicações eram uma prática comum no Distrito Federal, já haviam se tornado uma tradição, cargos de todos os níveis, inclusive os mais altos como de inspetores escolares, médicos escolares, diretoras de escolas de todas as modalidades e até o de um simples servente de escola primária eram ocupados dessa maneira. Todavia, Fernando de Azevedo não abria mão dos concursos, que seriam o fator moralizante do ensino público da Capital Federal. Conseguiu a aprovação do Conselho Municipal, mas com adendos que visavam *benesses* inseridos pelos conselheiros. Entretanto, com o apoio do

Prefeito estas alterações foram vetadas e as nomeações por concursos foram mantidas.

O Distrito Federal, importante centro político, convivia com a situação de pobreza e abandono das classes mais pobres e uma crescente proletarização das classes médias; ambos sofriam com a carestia, os baixos salários, as más condições de habitação e saúde, as crises políticas. A cidade era o berço dos “malandros” e “parasitas” que viviam do jogo ilícito e promoviam arruaça perturbando a ordem pública. Era considerada um lugar de resistência ao progresso, ao amadurecimento capitalista, “como negação do trabalho, do espírito científico, do progresso material”. A reforma vinha para alterar, normatizar os tempos escolares e sociais, como forma de resolver os problemas sociais da cidade (NUNES, 1994, p. 182). Também Silva (2004, p. 102) aponta que:

O final da década de 1920 apontou na cidade do Rio não para o surgimento mas para um fortalecimento dos discursos escolanovistas. A Reforma da Instrução Pública, idealizada por Fernando de Azevedo (1927 – 1930), veio no bojo desse movimento. Orbitando em torno de pares de oposição (velho e novo; espírito literário/livresco e motivação científica; tradicional e moderno; escola de bacharéis e escola nova), o que a Reforma pretendia era uma sistematização da legislação do ensino carioca e uma renovação de práticas e saberes escolares que desde finais do século XIX vinham sendo debatidos na antiga Capital.

Ainda de acordo com este autor, a reforma Fernando de Azevedo promoveu interferências na cidade que significaram não só tentativas de gerar mudanças nos horários, práticas e saberes das instituições escolares, mas de rearticular e discutir os comportamentos da população. A escola deveria se enquadrar aos novos tempos acelerados da cidade e estabelecer novas medidas para disciplinar os habitantes em função de novos valores e concepções calcados no patriotismo, nacionalismo e civilidade.

A arte e a educação popular na Reforma de Fernando de Azevedo

Neste tópico faremos uma análise das ideias sobre o ensino de arte contido no livro de Fernando de Azevedo “Novos caminhos e novos fins: a nova política de Educação no Brasil”. Entretanto, é necessário ter consciência que este livro foi produzido com o sentido de afirmar e legitimar as ações durante o período em que esteve à frente da Instrução Pública de Ensino do Distrito Federal. Objetivava divulgar os trabalhos técnicos e promover a propaganda das experiências realizadas, fornecendo dados relacionados ao crescimento das instituições criadas com a reforma, bem como realizar a difusão dos princípios propagados pela Escola Nova. Dessa forma, trata-se de um documento que visava divulgar uma ideia hegemônica de sua gestão. A partir dessa consciência, enfrentamos o desafio de “desmonumentalizar” essa fonte de pesquisa e buscar entender as intencionalidades.

Nessa obra, Fernando de Azevedo (1931) ancorado nos ideais da escola nova - uma educação baseada nas atividades da vida real, voltada para a experiência, reconhecendo o estudante como ser ativo e possibilitando a sua participação direta no processo de aprendizagem – introduz a arte e todas as suas manifestações como um poderoso instrumento de transformação social. O ensino de arte ganha ênfase, pois além de promover o desenvolvimento pleno da criança, também incutiria nas novas gerações o sentimento de beleza e os ideais nacionalistas.

Verificamos que Azevedo se apropriou da noção de “arte como experiência”, formulada pelo filósofo norte-americano John Dewey. Para Dewey, a ação intelectual está associada à prática criativa e o trabalho com as artes possibilita situações de aprendizagem, nas quais a criança pode assumir uma posição investigativa e criativa². Azevedo compreendia

² DEWEY, J. “A arte como experiência”. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

o ensino artístico a partir das seguintes linguagens: Desenho, Trabalhos Manuais, Música, Dança e Artes Cênicas³.

A escola nova que visa a educação integral do indivíduo a sua adaptação à comunidade, a que tem de servir, contribuindo para o aperfeiçoamento constante, não se enquadraria num programa, de limites estreitos, em que a arte entrasse antes como um luxo ou superposição do que como elemento essencial e parte integrante da educação das massas populares (AZEVEDO, 1931, p. 199).

O autor afirmava que a educação nova tinha como objetivo promover uma escola socializadora, na qual o estudante pudesse desenvolver a responsabilidade e a cooperação. A arte, na variedade de suas manifestações, permitia alcançar esse objetivo, compreendida como um dos principais fatores educativos e uma das mais poderosas forças de ação, de equilíbrio e de renovação de coletividade.

Entretanto, apesar de as ideias escolanovistas pregarem um ensino artístico para desenvolver a inteligência das crianças de forma criativa, através da ação, é possível perceber, nesse documento, que a preocupação com a formação profissional, tão difundida pelos liberais⁴, ainda se fazia presente. Seria uma forma de instruir para o trabalho os filhos das camadas populares. A arte deixa de ter somente uma função decorativa e contemplativa para se transformar numa ferramenta educativa das massas populares.

Na concepção de Azevedo, nada tinha um sentido mais profundo, nem mais vasta projeção do que a arte para o povo. Esta funcionaria como um instrumento eficaz de formação moral e espiritual, pois o espírito do povo converte tudo em arte. As camadas populares afeitas à

³ Apesar de considerar todas essas linguagens artísticas, verificamos que Fernando de Azevedo deu mais ênfase ao ensino de Desenho e as Artes Industriais.

⁴ De acordo com Ana Mae Barbosa (2011), no período de 1870 a 1901 houve uma intensa propaganda da importância da arte, especialmente o desenho na educação popular. Os intelectuais que defendiam essa concepção eram ligados a corrente liberal que lutavam a favor da revolução industrial, eles acreditavam que o desenvolvimento econômico do Brasil dependia da capacitação profissional dos seus cidadãos e arte seria uma forma de promover essa formação. Um dos intelectuais mais destacados nessa luta foi Rui Barbosa.

arte compreenderiam de forma mais eficiente os propósitos de uma sociedade com bases na modernidade. Ao comparar a ciência e a arte, apropria-se da ideia de Dewey de que não é possível explicar a vida somente pelo “livro-razão, nem num tratado de economia ou de sociologia ou de psicologia de pessoal, e sim no drama ou na ficção” (DEWEY, 1989, p. 95). Azevedo vai afirmar que tanto a arte quanto a ciência estão embasadas na experiência, na busca da novidade e ambas tentam interpretar e explicar a vida, porém de formas diferentes.

A verdade científica, porém, é uma, e a realidade artística é outra bem diferente. A arte, como a ciência, tende a interpretar a vida, mas, quando a ciência procura conhecer e penetrar a natureza, nos seus fenômenos e nas suas leis, para pô-la a serviço do homem, a arte tem por objetivo interpretar não somente a vida real, a vida vivida, senão também a vida sonhada, a pensada, aquela que não é e ainda poderia ser. A arte precede, pois, a ciência; antecipa-se, pelas suas criações, às descobertas científicas, que anuncia, e, contribuindo para criar as sociedades novas, ajuda também, a reconstruir as sociedades antigas (DEWEY, 1989 p.202).

Ao analisarmos esse fragmento, percebemos que a arte na Reforma visava ampliar a compreensão do mundo na qual a dimensão poética estava presente, possibilitando desenvolver a capacidade imaginativa do aluno e fazer com que este compreendesse que criar e conhecer são dimensões indissociáveis. Na concepção de Azevedo, a verdade científica é insuficiente para compreender a vida, pois “é incapaz de seguir a fantasia e não pode ser mais do que a verdade” (DEWEY, 1989, p. 202).

Podemos conferir na tese, “Pela Educação Estética”, de Nerêo Sampaio⁵, apresentada em 1927, na I Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba, Estado do Paraná, as ideias relacionadas à

⁵ Este personagem era engenheiro-arquiteto e professor de Desenho, foi uma figura importante no cenário educacional brasileiro das décadas de 1920 e 1930. Enquanto intelectual da educação, Nerêo Sampaio se propôs a ser um grande defensor do ensino artístico como conhecimento indispensável no currículo da escola primária. Ver mais a respeito em: PERES, José Roberto P. *A linha mestra e o mestre das linhas: Nerêo Sampaio e a História da formação de professores de Desenho e Artes no Rio de Janeiro (1927-1939)*. Dissertação [Mestrado em Educação], Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

importância da iniciação estética nas escolas. Sampaio afirmava que a sociedade brasileira não possuía conhecimento suficiente para compreender e sentir a importância das artes. Critica a inadequação do trabalho de iniciação estética nas escolas, sendo fruto de uma deficiência pedagógica, da má preparação do professor, que desconhecia os fundamentos da pedagogia moderna, na qual a arte adquiria grande importância no processo de educar:

A iniciação estética foi, portanto, até hoje, lastimavelmente imperfeita, e, agora, reconhecemos que a sociedade não tem cultura estética para sentir as artes de desenho e mal interpreta a música. A razão está unicamente nessa orientação pedagógica deficiente, que transformou o ensino do desenho em horas de suplício onde só os néscios se deleitavam e que arredou das escolas, como inutilidade, até o canto dos hinos (refiro-me aos cursos secundários), o que levou quase todos à convicção de que só as crianças devem cantar (SAMPAIO, 1927, In ANAIS da I Conferência Nacional de Educação).

Nerêo Sampaio assumirá um importante papel na Reforma de Fernando de Azevedo, sendo responsável pela organização do ensino de Desenho no âmbito da referida reforma, bem como o engenheiro e arquiteto que irá projetar as primeiras escolas primárias da Capital Federal em estilo neocolonial.

Todavia, percebemos no discurso de Sampaio uma total desconsideração com a arte das camadas populares. Ao afirmar que a “sociedade não tem cultura estética para sentir as artes de desenho e mal interpreta a música” (SAMPAIO, 1927, in ANAIS da I Conferência Nacional de Educação, p. 121), denota que por mais que houvesse um discurso em favor da cultura popular e do folclore brasileiro, era arte de moldes europeus que era valorizada e digna de ser ensinada nas escolas. Dessa forma, a educação estética deveria contribuir para regenerar a massa popular considerada inculta e promover uma grande renovação de costumes em prol da nova sociedade brasileira.

A arte assume um novo sentido na escola, seria um instrumento de regeneração da alma popular, através dela seria possível se construir bases educativas de harmonia e de ordem, promover modos renovados e

modernos de viver. O ensino artístico na reforma se torna mais um elemento para doutrinar, homogeneizar e instruir os filhos das camadas populares para o trabalho que era considerado na época o regenerador da sociedade.

Tomando por base os trabalhos de Ivor Godson (1999; 2012), entendemos que o currículo escolar é um artefato social, concebido para realizar determinados objetivos humanos específicos, “e como qualquer outra reprodução social, ele constitui o campo de toda sorte de estratégias, interesses e relações de dominação” (GOODSON, 2012, p. 17). As disciplinas escolares, e a posição que cada uma ocupa no currículo escolar refletem interesses de determinados grupos que, geralmente, suscitam lutas e disputas para legitimarem os seus projetos. Dessa forma, para este autor, o currículo está longe de ser um fator neutro.

Por mais que Fernando de Azevedo defendesse uma Educação Estética para o povo e que valorizasse as manifestações artísticas populares, esta tinha como base o modelo erudito europeu, visando uma formação moral e espiritual do povo. A arte seria uma forma de envolver o povo e convertê-lo para os ideais de modernidade. A arte incluída no currículo formal das escolas do Distrito Federal iria contribuir de forma significativa para o projeto de sociedade de Fernando de Azevedo, pois ele acreditava que a arte tinha uma função socializadora, indo ao encontro dos interesses das sociedades modernas que era o fundamento da Escola Nova⁶.

⁶ Segundo Ana Mae Barbosa (2013), o interesse social e político em inserir o Desenho Decorativo e o Desenho Gráfico como matéria essencial nas escolas públicas para a formação profissional está presente desde o início do século XX, principalmente na instrução dos negros escravizados recém-libertos para que atuassem na construção civil. A autora ressalta que ainda hoje, as artes são utilizadas em projetos sociais que visam a promoção das populações carentes.

O desenho e os trabalhos manuais como base da Escola Nova

Na concepção da Escola Nova, a criança desenvolve sua aprendizagem através dos sentidos, elas são ricas de sensações, porém passivas; para desenvolver a sua intelectualidade seriam necessárias atividades ativas que as fizessem descobrir através do movimento e do contato com a matéria. O desenho e os trabalhos manuais ganham uma significativa importância na Reforma, pois essas atividades possibilitam o aprendizado através da ação. Podemos dizer que a didática da Escola Nova centra-se na preocupação de como facilitar o processo de ensino-aprendizagem, o desenho e os trabalhos manuais promovem o interesse das crianças e atendem a necessidade de comunicação. Percebemos, assim, o conceito de Dewey de “arte como experiência”, promotora de aprendizagens significativas.

O desenho, que constitui uma necessidade para a criança, mesmo antes da idade escolar, não se pode considerar uma atividade isolada das matérias que se estudam na escola primária. Ele coopera, de maneira notável, para a compreensão e retenção desses conhecimentos naqueles alunos, em que já se encontra desenvolvido o instinto de observação e que têm, no meio que os rodeia, no lar, na escola e nas suas excursões, sempre, a base de seus trabalhos. (AZEVEDO, 1931, p. 212-213)

Compreendemos que o desenho tinha o papel de despertar o interesse da criança para o conhecimento, pois o ato de desenhar requer observação, investigação e capacidade de interpretação do mundo real, através da expressão gráfica. Dessa forma, deveria ser tratada igualmente como qualquer outra matéria do currículo. A disciplina Desenho adquiriu relevante importância na Reforma, pois ia ao encontro dos princípios ativos do “escolanovismo” de uma escola pautada nas experiências de vida do educando, de atividade e de trabalho.

Azevedo defendia que os professores deveriam ter uma compreensão clara de psicologia para entenderem o desenvolvimento do desenho infantil, respeitando as limitações na representação gráfica das

crianças. Apesar dos desenhos na maioria das vezes serem ininteligíveis para os adultos, nesse caso, o que deveria ser considerado seria a sua capacidade criativa e original em representar através da fantasia o mundo que as rodeia.

O desenho deveria ser espontâneo, excluindo qualquer atividade de cópia, que na sua visão, prejudicava a criatividade da criança e não as proporcionava exprimir as suas ideias de forma original. Verificamos no fragmento a seguir uma aproximação com os ideais da Arte Moderna de livre expressão:

O desenho como atividade espontânea e criadora, e os trabalhos manuais, com os novos processos adotados pela reforma, devem levar as crianças à convicção de que podem desenhar, modelar e construir o que querem, sem necessidade de copiar, proporcionando-lhe a oportunidade de se exprimirem, por meio do desenho ou da massa plástica, com as características fundamentais de seus trabalhos, sinceros e ingênuos, que tendem a perder o caráter infantil à medida que se vão aproximando das manifestações artísticas dos adultos (AZEVEDO, 1931, p. 214).

O objetivo dessa ideia era conservar nas crianças de maior idade o espírito criativo, fazendo com que elas se tornassem adultos autônomos e com grande capacidade inventiva, rompendo com a rigidez estética, marcadamente reprodutivista da escola tradicional. O desenho ganhava destaque devido à grande valorização dessa atividade sustentado pelo discurso psicológico que passou a influenciar o pensamento educacional brasileiro das décadas de 1920 e 1930 (BARBOSA, 2011).

Ao valorizar o ensino de Desenho e Trabalhos Manuais, Azevedo está rompendo com o modelo tradicional de ensino bacharelesco de ênfase intelectual, de educação abstrata, artificial e verbal. Enfatizava a importância de atividades práticas que promovessem no estudante uma afeição ao trabalho, rompendo assim com os preconceitos relacionados aos trabalhos que exigiam esforço físico, considerados à época como inferiores e de baixo prestígio.

O espaço escolar como instrumento de educação estética do povo

Além das atividades artísticas na escola, o ambiente desta, as instalações e a sua arquitetura, também, careciam ser uma ferramenta pedagógica com a finalidade de contribuir para a educação estética do povo. Na concepção de Azevedo, os prédios escolares não poderiam ser apenas funcionais, higiênicos e confortáveis, de acordo com as exigências técnicas. As edificações escolares deveriam, ainda, ser obras de arte exprimindo um caráter nacional e atendendo às exigências do gosto e da cultura.

Nas construções escolares, projetadas e executadas sob minha direção, o sentido prático do conforto, da higiene e da utilidade, ainda que preponderante, nunca excluiu as preocupações da harmonia, do equilíbrio e da arte. A nova política de educação que a reforma introduziu no Brasil, tinha forçosamente trazer, como resultado, uma nova política de edificações escolares (AZEVEDO, 1931, p. 210).

Para Fernando de Azevedo, não havia meio mais eficaz para a educação do gosto popular do que pôr sob seus olhos, nos edifícios públicos e, sobretudo aqueles destinados à educação popular, exemplos perfeitos de arquitetura e urbanismo. A arquitetura escolar além de atender às questões de funcionalidade, deveria também, imprimir a identidade cultural de um povo, sua origem e sua “evolução histórica”. Dessa forma, Azevedo vai buscar inspiração na arquitetura colonial as bases da brasilidade, sua ideia não era reproduzir o modelo do passado, mas sim tomar como referência essa tradição e adequá-la à modernidade.

Esse caráter tradicional, tanto nas suas linhas arquitetônicas, como na decoração de seus interiores, contribuirá para manter e desenvolver o sentido de brasilidade, pela consciência das tradições restabelecidas numa arquitetura de cunho nacional, rica de sugestões históricas (AZEVEDO, 1931, p. 231).

De acordo com Rodrigues (2003), o estilo neocolonial brasileiro identificado com a teoria “missões/neocoloniais” formulada por Sisson

(1991), foi uma combinação de elementos que articularam as ideias estéticas do “mission style”, do “californiano” e do “mexicano”, concepções geradas na expansão do pan-americanismo da Doutrina Monroe. Os adeptos desse estilo buscavam inspiração nas tradições do Brasil colônia e visavam construir a identidade nacional através do retorno às origens. Essa teoria estética foi hegemônica durante toda a década de 1920, tendo sua origem ainda na primeira década antes do centenário da Independência do Brasil. Os criadores do movimento tradicional, neocolonial, no Rio de Janeiro foram os engenheiros e arquitetos: José Mariano Filho, Ângelo Bruhns, Nestor de Figueiredo, Morales Filho, José Cortes, Nerêo Sampaio e Lúcio Costa.

O objetivo da construção de prédios escolares em estilo neocolonial brasileiro era criar a identificação do povo brasileiro com a sua cultura, promovendo assim, o progresso e a construção de uma nova civilização. O nacionalismo na arquitetura escolar tinha estreitas relações com o movimento modernista, pois ambos procuravam a essência brasileira nas tradições do passado. Por mais que Azevedo defendesse a construção da unidade nacional a partir da valorização da tradição brasileira, para ele o passado não era um componente puro e simples de modernização, mas sim o um elemento de inspiração para projetar o futuro do país (CAMARA, 2013).

Um dos pontos mais complexos na Reforma, segundo Azevedo, era a questão das edificações escolares, visto que a maioria das escolas funcionava em prédios improvisados de forma precária. Para ele, seria impossível resolver este problema em quatro anos de governo, pois essa questão havia sido esquecida por cerca de quarenta anos e no decorrer desse tempo o problema só aumentou. Nenhuma das dez escolas profissionais funcionava em edifício próprio, especialmente construído para a finalidade de ensino. Até a Escola Normal não possuía um prédio construído para o propósito de formar professores. Verificamos que Fernando de Azevedo enaltece os feitos de sua reforma e desconsidera outras iniciativas de construção de edifícios escolares, através dessas colocações o autor quer construir uma ideia na memória dos educadores

que a preocupação com o problema da precariedade das estruturas físicas das escolas se iniciou em sua gestão⁷.

Segundo Azevedo, a tarefa era difícil, mas era preciso começar a resolver o problema, iniciando as primeiras grandes construções por normas e princípios que pudessem constituir uma nova política de edificações escolares.

A exigência da prova de desenho no concurso de admissão da Escola Normal do Distrito Federal

Chervel (1990) afirma que uma das finalidades de se estudar a história das disciplinas escolares é entender a liberdade de manipulação que a escola tem na eleição dos seus componentes curriculares, mesmo que essa liberdade, como diz o autor, seja uma meia-liberdade, pois ela fica restrita às pressões que sofre no cotidiano escolar.

O Desenho foi incluído como disciplina obrigatória em todos os anos da Escola Normal e, conseqüentemente, passou a integrar como matéria oficial no concurso de admissão da Escola Normal, sendo exigida uma prova prática de desenho. Segundo Barbosa (2013), essa medida provocou descontentamento entre as candidatas. Houve uma grande repercussão desse fato, os jornais da época noticiaram essa insatisfação e alegavam que poucas meninas saiam do curso primário, por mais que fossem aplicadas ao estudo, em condições de fazer um concurso no qual essa disciplina fosse essencial. Para as candidatas, era uma exigência muito grande para simples pretendentes à escola normal.

⁷ Segundo Rodrigues (2003, pp. 104-105), na administração do prefeito Pereira Passos foram construídas várias escolas primárias, influenciadas pelo modelo das “Escola do Imperador” de estilo eclético adotando as tendências da *art-nouveau* e a *Sezessionsstil*, essas escolas são: Rodrigues Alves, Prudente de Moraes, Deodoro, Estácio de Sá, Escola Barth e Escola Tiradentes. Eram situadas em áreas do planejamento reformador de Pereira Passos, localizadas nas áreas do centro-zona sul, sendo exceção as escolas Estácio de Sá (São Cristóvão) e Prudente de Moraes (Tijuca).

Os opositores de Fernando de Azevedo se aproveitaram para atacar a sua Reforma. Foram noticiadas em vários jornais críticas à obrigatoriedade da prova de Desenho no concurso de admissão para a Escola Normal do Distrito Federal. Em muitas dessas notícias⁸ se afirmava que a exigência de tal matéria era excessiva e desnecessária para futuras professoras primárias, pois acreditavam que para o Desenho seria necessário possuir o dom.

Verificamos que o Desenho e as Artes assumem uma nova característica ao ser introduzida como matéria de ensino. Sua função na escola primária e secundária é diferente da proposta das Escolas de Belas Artes, pois se reveste de um sentido pedagógico para uma missão *civilizatória*. De acordo com Chervel (1990), o sistema escolar é dotado de um poder criativo, poder este exercido na relação que a escola desenvolve com a sociedade, desempenhando um papel de formação do sujeito e, dessa maneira, de uma cultura que impactará diretamente a vivência desse sujeito na sociedade. O sistema escolar “forma não somente os sujeitos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global” (CHERVEL, 1990, p. 184).

Observamos os conflitos que Ivor Goodson (1997 e 2012) sinaliza existirem em torno da definição do currículo escrito, das lutas constantes que envolvem as aspirações, intenções e objetivos de escolarização. Em seu entender, “o currículo escrito é o testemunho público e visível das racionalidades escolhidas e da retórica legitimadora das práticas escolares” (2012, p.21).

A formação de professores ganhou significativa importância nesse período, pois as mestras seriam as futuras responsáveis pelo disciplinamento das populações. E o ensino de Desenho e Artes

⁸ Jornal A Manhã – 15/02/1928. Apud. BARBOSA. Ana Mae. *O ensino da Arte e do Design quando se chamava Desenho: Reforma Fernando de Azevedo*. Educação em foco, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 19-52, jul./out., 2013. Neste artigo a autora traz uma série de reportagens do período, que abordam as tensões em torno da obrigatoriedade da prova de Desenho no concurso de admissão à Escola Normal do Distrito Federal.

contribuiria para formação de corpos e mentes saudáveis, instruídos para o mundo do trabalho, promovendo uma nova sociedade identificada com os valores da modernidade. Os docentes constituíam peça fundamental na construção da nacionalidade brasileira por meio da educação.

Considerações finais

De todas as reformas da instrução pública implementadas no período de 1920 a 1930, a reforma Fernando de Azevedo (1927-1930) foi a que melhor conceituou o valor da arte para a Educação. Conferimos em seu livro “Novos caminhos e novos fins: a nova política de Educação no Brasil” a importância dedicada às artes. Nessa obra (1931), ele afirma que as artes, de uma maneira geral, promoviam o desenvolvimento pleno da criança, além de incutirem nas novas gerações o sentimento de beleza e os ideais nacionalistas.

Azevedo conferiu especial destaque às artes plásticas, especificamente em relação ao Desenho e aos Trabalhos Manuais, pois estes, na sua visão, possibilitavam a aprendizagem através da ação, em consonância com os princípios da Escola Nova. Entretanto, averiguamos que o ensino artístico na reforma, apesar de contribuir para o desenvolvimento da inteligência das crianças de forma criativa, se torna mais um elemento para doutrinar, homogeneizar e instruir os filhos das camadas populares para o trabalho que era considerado, na época, o princípio regenerador da sociedade.

Nesse quadro, além da arte se constituir como matéria fundamental no currículo escolar, a arquitetura das escolas deveria contribuir para a educação estética do povo. As novas edificações escolares, construídas na Reforma Fernando de Azevedo, seriam as responsáveis pela difusão do sentido de brasilidade, o qual estava amparado pelas tradições do passado. Seria a materialização do sentido de modernidade, sustentado nas raízes de nossa cultura para projetar o futuro da nação. Os educadores, comprometidos com o ideal de

modernização, acreditavam que era preciso empreender uma reforma na educação, pois através dela a sociedade seria transformada.

* * *

Referências

- ABDALA, R. D. *A fotografia além da ilustração: Malta e Nicolas construindo imagens da reforma educacional no Distrito Federal (1927-1930)*. Dissertação (Mestrado), FEUSP, São Paulo, 2003.
- AZEVEDO, F. de. *Novos caminhos e novos fins: a nova política de Educação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.
- BARBOSA, A. M. *O ensino da arte e do design quando se chamava desenho: Reforma Fernando de Azevedo. Educação em Foco – Juiz de Fora*, v. 18, n. 2, p. 19-52 jul/out. 2013.
- _____. *John Dewey e o ensino da arte no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. *Arte-educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- CAMARA, S. *Reinventando a Escola: o ensino profissional feminino na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.
- CARVALHO, M. M. C. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- CHERVEL, A. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. Teoria Et Educação, Porto Alegre, vol. 2, p. 177-229, 1990.
- DEWEY, J. *A arte como experiência*. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- GOODSON, I. F. *Currículo, teoria e história*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.
- _____. *A construção Social do Currículo*. Lisboa: Educa, 1997.
- LEMME, P. *Memórias*. São Paulo: Cortez [Brasília, DF]: INEP, 1988.
- NUNES, C. *A escola reinventa a cidade*. In. HERSCHMANN, M. M. e PEREIRA, C. A. M. (org.) *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

- PAULILO, A.L. P. *Aspectos políticos das reformas da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro durante os anos 1920*. Revista Brasileira 19 de História. São Paulo, v.23, n. 46, p. 1-22, 2003.
- RODRIGUES, S. B. P. *Espaço escolar e cidadania excluída*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- SAMAPIO, N. *Pela Educação Estética*. Tese. *ANAIS da I Conferência Nacional de Educação – Associação Brasileira de Educação*, 1927.
- SILVA, J. C. S. *A Reforma Fernando de Azevedo: tempos escolares e sociais (Rio de Janeiro, 1927 – 1930)*. Dissertação apresentada ao Programa de pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- VIDAL, D. G.; PAULILO, A. L. *Projetos e estratégias de implementação da escola nova na capital do Brasil (1922-1935)*. In. MAGALDI, A. M. de M.; et al (org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 375-398.

Recebido em 14 de dezembro de 2017.

Aprovado em 13 de março de 2018.